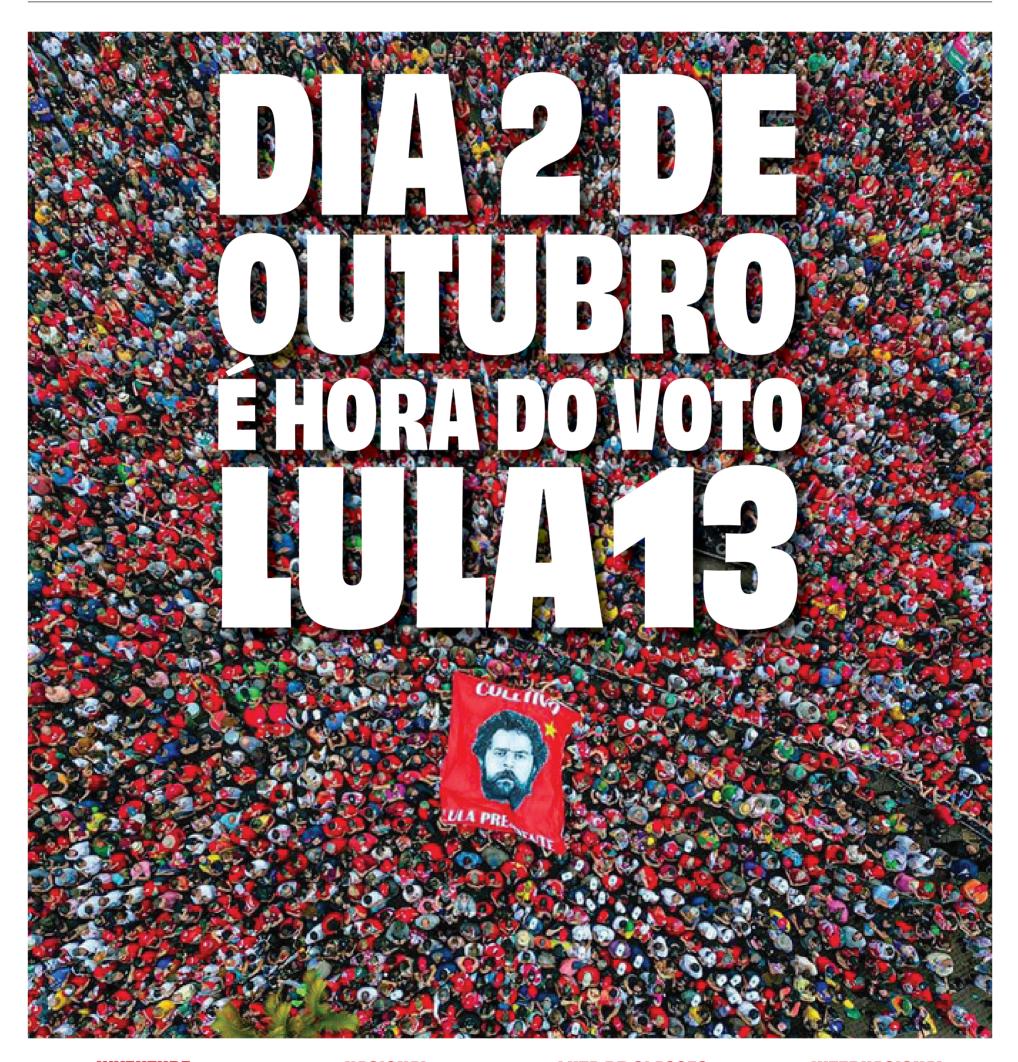
O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores – Seção Brasileira da 4ª Internacional

www.otrabalho.org.br

R\$ 5,00

nº 907 - de 19 de setembro a 4 de outubro de 2022



JUVENTUDE

Governo não reajusta verba da merenda desde 2017

pág.2

NACIONAL

Esperança na vitória de Lula

pág.7

LUTA DE CLASSES

Ameaça de demissões na Mercedes

pág.9

INTERNACIONAL

Luta dos trabalhadores na Venezuela reacende

pág.11

Ninguém aprende com fome

Reajuste da merenda, congelado desde 2017, foi vetado por Bolsonaro

Tuma escola técnica da Vila Leopoldina em São Paulo (SP) estudantes se manifestavam com cartazes denunciando a ameaça do corte da alimentação escolar em julho. No mês de agosto o presidente Jair Bolsonaro vetou o reajuste das verbas para alimentação escolar e não previu no projeto de lei orçamentária de 2023 a recomposição dos valores para o próximo ano.

Segundo reportagem do jornal Estado de São Paulo (16/9) o "valor diário enviado a estados e municípios para cada aluno é definido conforme a etapa e a modalidade de ensino. É de R\$ 1,07 na creche; R\$ 0,53 na pré-escola e R\$ 0,36 para o fundamental e o médio". Apenas entre maio de 2021 e maio de 2022 a inflação dos alimentos da cesta básica foi de 26,75%.

O jornal O Trabalho foi ouvir trabalhadores da educação em diversas partes do país sobre os impactos do congelamento da alimentação escolar pelo governo.

Chegam na escola com fome

"As filas estão maiores. Alguns alunos já passaram mal por terem ido à escola sem comer. Precisamos oferecer algum alimento para aqueles que não conseguem esperar o horário da merenda. As frutas que são ofertadas por unidade, nem sempre acompanham a quantidade de alunos. Tivemos que reduzir a quantidade de carne nos preparos", relata uma merendeira, servidora da rede municipal de Maceió (AL). Ela também explica que "são apenas eu e mais uma merendeira para cerca de 400 alunos. A demanda é grande e não fazem concurso público para contratação de novos merendeiros."

Não é muito diferente da situação no sul do país. Como relata o professor Luiz Henrique, dirigente do sindicato dos professores (Cpers) que leciona na rede estadual gaúcha em Portão (RS), região metropolitana de Porto Alegre. "O governo estadual aumentou alguns centavos o valor para a merenda por aluno. Mas isso não é o suficiente para atender a demanda. Com a crise econômica há alunos nas escolas pedindo o que sobra, a banana, a bolacha para levar para casa. Trabalho numa escola de Ensino Médio e faltam recursos humanos para produzir a alimentação. Aí ficam dando apenas bolacha e achocolatado né? Um problema enorme. Os alunos do noturno chegam direto do trabalho, alguns trabalhando longe de casa e pedem: 'senhor eu não comi nada, eu preciso comer alguma coisa'".

Diversidade alimentar prejudicada

Numa escola municipal de Guarulhos (SP), segunda maior cidade do estado o relato de uma coordenadora pedagógica mostra que a alimentação ainda chega, mas seu valor nutricional não é mais o mesmo. "Não houve ainda falta de merenda, mas uma queda na diversidade de frutas e nos lanches".

Na Vila Maria, bairro da cidade de São Paulo (SP) com muitas comunidades pobres e ocupações o drama é destacado por uma professora da rede municipal: "onde leciono os alunos não podem repetir a merenda e há uma contagem do número de alunos para o controle da alimentação. Eles ficam famintos. O serviço de alimentação assim como o de

limpeza é terceirizado e precário. Os alunos só podem repetir o almoço, mas os pratos já vêm montados sem opção de escolha dos alimentos". Ela registra uma cena que está acontecendo em diversas partes do país: "já houve casos de desmaio em virtude da fome".

Numa escola estadual do Butantã um professor nos conta que "antes da pandemia eram servidas 80 a 90 refeições. Agora são servidas 160 refeições por turno de aula. 8 refeições servidas por minuto de intervalo.". Ele conta que os alunos fogem da aula do intervalo para entrar na fila e poderem comer com mais calma. A escola solicitou para Secretaria da Educação ampliação do tempo de intervalo para alimentação em 10 minutos, mas a proposta foi indeferida. Ele denuncia: "cobram nossa coordenação pedagógica de resultados nos índices das avaliacões institucionais, mas alunos estão famintos e são obrigados a engolir a comida em poucos minutos".

Suco com bolacha

Em Fortaleza (CE) uma professora de uma escola estadual de tempo integral nos explica: "A verba de certa forma diminuiu, mas o número de alunos também, houve maior evasão escolar. Podemos ver uma piora na qualidade dos alimentos, a falta de alguns itens diferenciados que tornam a alimentação mais balanceada". E observa para nossa reportagem "quanto aos funcionários não houve diminuição, porém não se pode fazer contratação, caso haja baixa por motivo de doenças ou outros o funcionamento deve ocorrer com os que existem." Ainda em Fortaleza,

uma professora da rede municipal nos conta "Desde 2013 que há certa escassez na merenda, no que diz respeito a quantidades de alimento no prato. Até 2012, tínhamos em Fortaleza um governo do PT. Sentimos uma brusca redução na quantidade dos alimentos ofertados desde que o PDT de Ciro se instalou no governo. Há uma redução da proteína substituída por suco e bolacha, que tem se repetido muito. As criancas rejeitam o suco com bolacha".

Congelamento atinge agricultura familiar

"A alimentação escolar é fundamental. O corte de verbas afeta a nutrição dos alunos e afeta o aprendizado. Com a crise econômica as crianças vão com fome para escola e precisam de uma nutrição adequada, pois estão em fase de crescimento e desenvolvimento do aprendizado. O número de famílias que está em insegurança nutricional tem aumentado. É na escola que as crianças e jovens estão tendo, muitas vezes, a principal refeição. Essa alimentação precisa ser saudável". É o que explica a nutricionista Sheila Costa, dirigente do Sindicato dos Servidores Municipais de SP (Sindsep). Ela também demonstra outro impacto "com a falta de recursos, isso impacta a agricultura familiar. Hoje no programa nacional de alimentação escolar, 30% dos alimentos devem vir da agricultura familiar. Com o congelamento das verbas, essas famílias também são prejudicadas. E com isso ganham terreno os alimentos ultra processados, que são a origem de diferentes doenças crônicas".

Alexandre Linares

A Polícia não vai calar a voz da juventude

Não é novidade para nin-guém o papel que ocupam as forças policiais no Brasil. Mas no dia 7 de setembro, na comemoração do bicentenário, ficou escancarado que o Choque da PM não apenas deu a "famosa dura" sença ostensiva para intimidar e silenciar um grupo de 8 jovens que vaiaram a motociata que ia ao encontro do inominável. Abertamente, uma intimidação política.

A foto que circulou na internet captava 8 jovens negros vaiando bolsonaristas que iam ao ato convocado em Copacabana. A imagem

expressa o que está em jogo nestas eleições. Eram jovens, pobres, negros, no péssimo transporte público, gritando o nome de Lula e vaiando Bolsonaro. Do lado de fora do ônibus estavam motos caríssimas, empresários, membros em jovens negros pela zona da classe mais alta. Pobres sul, mas usou da sua pre- contra ricos. É assim que o povo vê essa eleição. Para a juventude é a possibilidade de construir um futuro digno elegendo Lula para acabar com o retrocesso.

"Desce todo mundo! Mão na cabeça e encosta!"

Dez minutos após se manifestarem contra o presidente, os 8 jovens foram revistados



pelo Choque como "suspeitos". Suspeitos de quê? Na verdade, a ação do Choque traz consigo a tentativa de sufocar uma manifestação legítima. É a tentativa da imposição do medo. Se no 7 de setembro

a horda bolsonarista foi às direitos, acesso ao ensino, ruas, junto com os militares e Bolsonaro, aumentando o tom das ameaças, o grito dos jovens representou a resistência de toda a juventude que quer garantir empregos com

cultura e lazer de qualidade, garantido seu futuro. Para isso gritarão e cobrarão de Lula as medidas necessárias para mudanças profundas no país.

Jeffei

É hora do voto Lula

Desde Londres, enquanto faz campanha no enterro da Rainha da Inglaterra, Bolsonaro ameaça.

Durante entrevista ao SBT, afirma: "Se nós não ganharmos no primeiro turno, algo de anormal aconteceu dentro do TSE (Tribunal Superior Eleitoral)". Isso depois do TSE ceder um pouco mais aos militares que agem conforme lhes convém (ver página 7).

Haverá resposta à altura?

Dificilmente ela virá dessas Instituições que, nos últimos quatro anos, frente aos inúmeros ataques de Bolsonaro, se notabilizaram, ora pelo silêncio cúmplice, ora pelas notinhas de repúdio, recheadas de discursos altivos e pomposos e nenhuma ação.

É que no frigir dos ovos, apesar das diferenças que possa haver entre os condutores do leme de cada um dos três poderes da República, eles estão todos unidos no essencial: atacar os direitos do povo. É o que explica a decisão do STF contra os trabalhadores da enfermagem, que suspendeu o piso nacional conquistado com muita luta e contra a qual haverá resistência (ver página 9).

É também o que explica que Bolsonaro e o Congresso já tenham acumulado cinco anos sem reajustar o valor da merenda escolar, deixando crianças e jovens na base de suco e bolacha nas escolas (ver página 2).

Finalmente, é o que permite que Bolsonaro

se sinta à vontade para avançar as privatizações, com a cumplicidade do Tribunal de Contas da União, como no caso dos Metrôs de Belo Horizonte e de Recife (ver página 8), que retire ainda mais dinheiro da ciência (veja aqui na página 3) e ameace de demissões trabalhadoras que ousem resistir aos desmandos do governo (ver página 8).

O clima que se pretende criar com a desconfiança e a ameaça ao resultado soberano das urnas passa, é claro, por desacreditá-las

SÓ O POVO PODE RESPONDER BOLSONARO À ALTURA

com mentiras. O roteiro bolsonarista está pronto. As pesquisas seriam todas fajutas. O que importaria é o "datapovo", medido pela presença, realmente notável e perigosa, nas manifestações de 7 de setembro, indevidamente apropriadas pelo bolsonarismo e os militares e financiada por empresários e pela campanha do genocida.

O que se vê nas ruas e mostram as pesquisas é a disposição dos trabalhadores e da maioria do povo oprimido em eleger Lula presidente para se livrar de Bolsonaro. Mesmo com uma campanha morna, com um programa rebaixado pelas alianças sem porteira e apesar da intimidação, que inclui xingamentos, agressões físicas e até assassinatos, Lula tem arrastado milhares de pessoas em diferentes comícios, até onde Bolsonaro lidera nas pesquisas (ver página 6).

E quem tem ido às ruas fazer campanha, de norte a sul do país, pode sentir a vontade desesperada do povo por mudança, traduzida na esperança de eleger Lula presidente.

Esse desespero tem uma razão de ser. Ninguém suporta mais um governo como esse, que permite a fome, o desemprego, demissões, o fechamento de fábricas, que fala até em retirar dinheiro dos remédios mais elementares, que ataca cotidianamente os interesses do povo trabalhador.

E só o povo pode dar uma resposta à altura dos ataques, ameaças e provocações de Bolsonaro e seus generais e, assim, abrir caminho para varrer este governo. Uma resposta à altura passa, nos próximos dias, necessariamente, por batalhar até o último minuto pelo voto em Lula, 13, no dia 2 de outubro.

Para isso é necessário discutir com o povo as medidas urgentes e necessárias para reconstruir e transformar este país. É a serviço desta luta que os candidatos apoiados pelo Diálogo e Ação Petista estão (ver página 5).

NOTAS

Ciência e tecnologia sob ataque

Com uma medida provisória publicada na segunda-feira, 29 de agosto, Bolsonaro acaba de limitar a liberação de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Este, que tem como objetivo o financiamento de pesquisas de inovação e desenvolvimento científico e tecnológico em universidades públicas e no setor privado, é o principal fundo de investimento em pesquisa do país.

O FNDCT, administrado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, é um promotor do desenvolvimento econômico e social e um instrumento da soberania nacional. Compra de equipamentos, materiais de bancada, bolsas de cientistas: todas as etapas da produção científica nacional são influenciadas pelo fundo e sofrerão consequências graves com o contingenciamento.

Bloqueios e cortes sucessivos

O fundo, que já vinha tendo seu orçamento cortado nos anos anteriores, estava até então protegido de mais cortes através de uma lei aprovada pelo Congresso em 2021. O governo afirma, no entanto, que a lei não vale nesse caso, uma vez que não se trata de um contingenciamento, mas de um bloqueio. Dá

pra acreditar?

Caso a nova MP seja aprovada no Congresso, os recursos do fundo estarão parcialmente congelados até 2027.

Valendo já para o ano de 2022 - com bloqueio de R\$ 3,5 bilhões - o FNDCT impedirá o acesso a R\$ 14 bilhões nos próximos anos; em 2023 o limite é de 58% do já parco orçamento, aumentando gradativamente (68% em 2024, 78% em 2025, 88% em 2026) e alcançando 100% em cinco anos.

Reação

A medida teve forte rechaço na comunidade científica. A Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento (ICTP.Br), grupo composto de entidades como a Academia Brasileira de Ciências (ABC) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), enviou uma carta ao congresso solicitando a devolução da MP por inconstitucionalidade.

À ICTP.Br uniram-se outras 79 organizações.

Em nota, a diretoria da SBPC denuncia o ataque, acusando o governo de comprometer as pesquisas nacionais e conclui: "O bom senso e a história condenarão o atual governo por mais esse rude golpe no futuro do Brasil!".

Memória

O COMBATE NA CAMPANHA ELEITORAL DE 2012

ualquer militante petista percebe Qualquer militante potiti per la constitura de la constitución de la eleitoral, não as que estão acostumados a enfrentar com garra, contra os inimigos históricos do nosso partido. Mas as que se avolumam com a política da direção do PT, que abre flanco aos ataques e desarma os militantes. (...) O combate pelo voto PT, ligado ao resgate de suas bandeiras históricas e à luta para que os governos petistas atendam as reivindicações da maioria do povo trabalhador, é o que pode fazer frente a essa situação (...). A defesa das bandeiras históricas do PT é a base pela qual a Corrente O Trabalho desenvolve a campanha de filiação ao partido, inclusive nas atividades da campanha eleitoral.

0 Trabalho nº 718 - 27/9/2012



Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da $4^{\rm a}$ Internacional. Sua edição ${\rm n}^{\rm o}$ O foi lançada em $1^{\rm o}$ de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em $1^{\rm o}$ de maio de 1978: "um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo". É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br **Diagramação**: Paulo Henrique

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

Candidaturas na luta para transformar o Brasil

Tas últimas edições nosso jornal se dedicou a apresentar diversas candidaturas comprometidas com os 13 pontos de emergência levantados pelo Diálogo e Ação Petista (ver página ao lado). Nesta edição,

O Trabalho ouviu ainda outros quatro candidatos em diferentes estados, que nos contaram suas trajetórias de lutas, o que os motivou a serem candidatos e o que eles tem defendido na campanha eleitoral.



Candidato a deputado fede-ral no Paraná, Bianco é de Sarandi, município da região metropolitana de Maringá, no

Bianco para federal no Paraná: "precisamos colar Lula nas reivindicações"

norte do estado. Sempre foi do PT e participante dos movimentos dos trabalhadores. Vereador por dois mandatos em sua cidade, em 2020 foi candidato a prefeito.

Porque você decidiu ser candidato a deputado federal?

Considerei agora que não podia me esquivar à responsabilidade política de ajudar Lula e o PT nessa situação de profunda crise em que o Brasil está mergulhado. E no Paraná não é diferente.

Por isso, nossa luta é também para eleger o companheiro Requião governador. Derrotar Bolsonaro e seus aliados golpistas é uma necessidade vital e a vitória de Lula e do PT a única alternativa.

O que você tem defendido na campanha?

Eu sou militante do Diálogo e Ação Petista. Entendo que eleger Lula pode e deve ser um enorme passo para reconstruir um país que vem sendo pilhado e sucateado desde o golpe de 2016. Lula significa para classe trabalhadora e para a maioria do povo brasileiro a possibilidade de atendimento das reivindicações mais urgentes e necessárias.

Minha campanha consiste principalmente em "colar" Lula e essas reivindicações. Mas isso só é possível se a gente consegue dialogar com o povo, ouvir seus problemas, ajudar e participar de suas lutas. Então, é dessa forma que a campanha nacional para eleger Lula pode se vincular aos problemas estaduais e municipais, dos bairros e comunidades.

Na minha campanha sempre procuro mostrar e explicar essa relação. Mas tem mais: não basta reconstruir o país e voltar ao que ele era há seis anos, é preciso ir além. O novo governo Lula pode ser o início de uma transformação real das instituições. Agora é hora de jogar todas as nossas forças para eleger Lula, melhor ainda se for no primeiro turno, dia 2 de outubro.



Professor da rede pública municipal há 34 anos e morador da cidade de Novo Gama, em Goiás, no entorno

Professor Francisco para estadual em Goiás: "fortalecer o SUS é fundamental"

de Brasília, desde 2008, Francisco foi candidato a prefeito em 2020 pelo PT.

Atualmente é presidente licenciado do Sindicato dos Professores do Município de Novo Gama e luta em defesa da educação pública de qualidade.

O que te levou a ser candidato a deputado estadual?

Sou candidato por acreditar que nós somos capazes de

lutar em prol da classe trabalhadora na construção de um país com mais oportunidades para as pessoas.

Acredito que nós do Partido dos Trabalhadores somos responsáveis em manter viva a luta pela democracia, justiça social e desenvolvimento com equilíbrio de forma sustentável.

Tenho como propostas a adoção de um Programa de Emergência para transformar o Brasil, com aumento real dos salários, tabelamento dos preços da cesta básica, criação de empregos; revogação das leis da reforma trabalhista, previdência e teto de gastos; defesa dos direitos das mulheres, reajustes salariais, concurso público, apoio à cultura e pelo fortalecimento da educação.

Quais são suas principais pautas como deputado estadual?

Na infraestrutura defendo

a criação de empresas públicas de transporte nos municípios do entorno do Distrito Federal. Na saúde, defendo que o fortalecimento do SUS é fundamental. Precisamos da construção de um Hospital Geral na região do Entorno do DF. Luto pela implementação da Região Integrada de Desenvolvimento - (RIDE), e também por políticas públicas voltadas para o desenvolvimento e bem estar social.



rofessor da Universidade Estadual de Alagoas e diretor da CUT, Luizinho começou a militar ainda jovem no PT, nos

Professor Luizinho deputado estadual em Alagoas: "fim das isenções aos usineiros"

anos 80. É um dos fundado- direção da CUT Alagoas. res da Juventude Revolução e autor do Livro Levante de 1997 que conta a história da derrubada do governo Suruagy em Alagoas, da qual ele participou ativamente.

Como surgiu a sua candidatura?

Nossa candidatura surgiu a partir de discussões realizadas com os companheiros

Nossa militância visa fortalecer a participação de sindicalistas cutistas nesse processo eleitoral. Definida a candidatura, passamos a contar com o apoio de militantes históricos do PT e de lideranças de diversos sindicatos e movimentos sociais.

Estamos percorrendo o estado inteiro, visitando do Diálogo e Ação Petista e da os movimentos sociais e

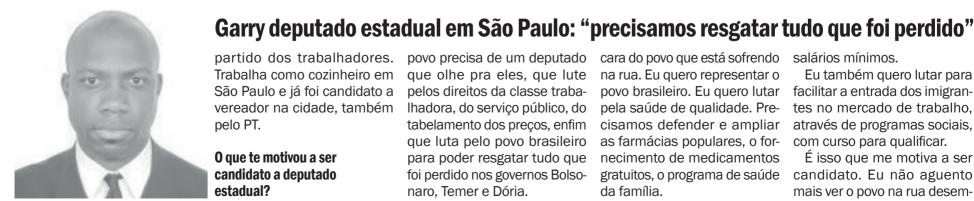
ajudando a militância a organizar a luta para derrotar esse governo genocida e elegermos o presidente Lula, de preferência ainda no primeiro turno.

E como tem sido essa andança pelo estado?

Nossa campanha tem apresentado propostas em defesa da educação, dos servidores e dos serviços públicos.

Defendemos o fim das nos 13 pontos.

isenções dos usineiros, o fortalecimento da agricultura familiar, a punição da Braskem que provocou o maior acidente ambiental urbano do mundo em Maceió, a desmilitarização da PM, o passe livre estudantil e o fortalecimento e expansão das universidades públicas estaduais, além das pautas nacionais levantadas pelo Diálogo e Ação Petista,



Companheiro Garry, conhecido como "Garry do povo", é um imigrante haitiano, naturalizado brasileiro e filiado ao

Trabalha como cozinheiro em que olhe pra eles, que lute na rua. Eu quero representar o São Paulo e já foi candidato a pelos direitos da classe trabavereador na cidade, também pelo PT.

O que te motivou a ser candidato a deputado estadual?

Sou candidato porque o momento que estamos vivendo no Brasil não é normal. Não posso fingir que está tudo bem porque não está tudo bem. O

partido dos trabalhadores. povo precisa de um deputado cara do povo que está sofrendo salários mínimos. lhadora, do serviço público, do tabelamento dos preços, enfim que luta pelo povo brasileiro para poder resgatar tudo que foi perdido nos governos Bolsonaro, Temer e Dória.

E como você vê a sua candidatura, quais as principais pautas?

Minha candidatura tem a

povo brasileiro. Eu quero lutar facilitar a entrada dos imigranpela saúde de qualidade. Precisamos defender e ampliar as farmácias populares, o fornecimento de medicamentos gratuitos, o programa de saúde da família.

Precisamos defender a moradia para todos. O Programa Minha Casa Vida, precisa voltar e atender trabalhadores na faixa de um a três

Eu também quero lutar para tes no mercado de trabalho, através de programas sociais, com curso para qualificar.

È isso que me motiva a ser candidato. Eu não aguento mais ver o povo na rua desempregado, sem ter onde morar. Sou candidato a deputado estadual com Haddad e Lula para reconstruir São Paulo e o Brasil.

VAMOS COM LULA E OS CANDIDATOS DO

Comitê Nacional do Diálogo e Ação Petista, em reunião no dia 12 de setembro, discutiu a situação política a partir dos atos bolsonaristas de 7 de setembro. A conclusão é que Bolsonaro deu um passo a mais em sua escalada bonapartista, tendo contado desta vez com a presenca de altas patentes das três Armas nos comícios de Brasília e Rio de Janeiro.

O clima de intimidação ("vamos ganhar no voto ou na bala", disse um candidato no Ceará) teve consequências imediatas: um trabalhador rural, apoiador de Lula, foi barbaramente assassinado em Confresa, Mato Grosso, na noite do mesmo dia 7, por um bolsonarista. E as agressões e ameaças a militantes ou simpatizantes petistas ou da candidatura Lula ocorrem em todo o país. As instituições, lenientes, não tomam nenhuma medida e, assim, Bolsonaro avança.

O Comitê Nacional considera que

a vitória de Lula nessas eleições, necessária em todo os sentidos, pode ser obtida já no primeiro turno, em 2 de outubro. Há condições para isso, a insatisfação popular é grande e movimentos grevistas tomam as ruas, como o movimento nacional da enfermagem. Mas é preciso que a campanha Lula e de todos os candidatos do PT saiba dialogar com o povo, incorporando suas reivindicações mais urgentes e apontando perspectivas claras para tirar o país do abismo em que foi colocado pelos golpistas de 2016 e seus sucessores.

Nestas semanas finais até o primeiro turno, o DAP e seus candidatos ocuparão seu lugar: é Lula presidente, em defesa das reivindicações, em respeito ao voto popular e da convocação de uma Constituinte Soberana para reconstruir e transformar o país.

Veja quem são os candidatos apoiados pelo Diálogo e Ação Petista

FEDERAIS

BAHIA

MARIZE

MINAS CERAIS

JÉSUS LIMA

RIO DE JANEIRO

SÃO PAULO



PARANÁ

CEARÁ

LÊDA

BIANCO

SANTA CATARINA

RENÉ MUNARO

SÃO PAULO



PERNAMBUCO

GOIÁS

ILVANY

FERNANDO FERRO





E TRANSFORMAR O BRASIL ★Aumento geral dos salários

★Tabelamento dos preços da cesta básica

★ Despejo Zero

★Recomposição das verbas e revitalização dos órgãos da Educação, Saúde, Cultura e Meio Ambiente

★ Revogação do teto de gastos

★ Revogação da reforma da Previdência e reforma trabalhista

★ Revogação da reforma do ensino médio

★ Reestatização da Eletrobras e volta do monopólio da Petrobras

★Reforma urbana, moradias populares, transporte público e saneamento público estatais

★Demarcação das terras indígenas sem restrição e titulação dos quilombos urbanos e rurais

★Reforma agrária com financiamento,

militar (artigo 142)

ESTADUAIS E DISTRI

ALAGOAS

GOIÁS

PROF. FRANCISCO



BAHIA

VIVIANE

MATO GROSSO

LÚDIO CABRAL



assistência e distribuição

★ Desmilitarização das PMs; Fim da tutela

★ Direito à Autodeterminação dos Povos; Não à guerra na Ucrânia

PERNAMBUCO

ÉRIKA SURUACY

DISTRITO FEDERAL



SANTA CATARINA

CLÁUDIO MÁRCIO



MINAS CERAIS

BETÃO



SÃO PAULO

CARRY



SANTA CATARINA







Dezenas de milhares se mobilizam para os comícios de Lula

Ao contrário de Bolsonaro, que até aqui concentrou suas manifestações de apoio no dia 7 de setembro, inclusive levando apoiadores de várias localidades ao Rio e à Brasília, a campanha de Lula tem organizado vários comícios, em diferentes cidades, arregimentando dezenas de milhares de pessoas.

Depois de passar por Nova Iguaçu (RJ), Taboão (SP) e Montes Claros, foi às capitais dos estados do Sul, onde Bolsonaro lidera nas pesquisas. Mesmo aí Lula teve a capacidade de deixar quarteirões ocupados por vermelho, mostrando que ele, e só ele é capaz de derrotar eleitoralmente o genocida do planalto.

Florianópolis (SC)

No dia 18 de setembro, Lula reuniu cerca de 25 mil pessoas. Sua fala foi antecedida pela de Dilma Rousseff e do candidato do PT ao governo estadual, Décio Lima, entre outros. Dilma tem sido, aliás, presença constante nos comícios e recebe ovações das multidões, mostrando que a militância não esqueceu o golpe de 2016.

Em sua fala, Lula afirmou ter orgulho de dizer que a bandeira do PT era a bandeira de seu partido, como a do

Brasil era a de seu país, e pediu um boné do PT. Cerca de 200 militantes do Diálogo e Ação Petista chegaram agrupados em passeata, e distribuíram mais de 3 mil panfletos de apoio a Renê Munaro, candidato a deputado federal, e aos candidatos a estadual Lino e Cláudio Márcio.

Curitiba (PR)

No sábado 17, Lula falou sobre a tutela militar e a pretensão de alguns setores de que haja um controle militar sobre as urnas. Ele afirmou: "não queremos as Forças Armadas se metendo nas eleições do nosso país, e nem querendo controlar urna. Não precisamos ser tutelados".

Foram pelo menos 30 mil presentes, muitas bandeiras, palavras de ordem e animação, o que levou o candidato a vice-governador, Jorge Samek (PT) a dizer que "a estrela deste comício é a militância".

Além de Lula, falaram o candidato a governador pelo PT, Roberto Requião, Dilma e outros. A campanha de Bianco a deputado federal estava presente, com panfletos defendenodo as medidas de emergência propostas pelo Diálogo e Ação Petista (DAP), entre elas o fim da tutela militar

do artigo 142 da atual Constituição.

Porto Alegre (RS)

Outras 30 mil pessoas vindas de várias cidades do Rio Grande do Sul mostraram sua energia e disposição de derrotar Bolsonaro, em comício no dia 16. Lula defendeu o fim do teto de gastos (emenda constitucional que congela os investimentos em saúde, educação e previdência por 20 anos) e Edegar Pretto, candidato do PT ao governo do estado, foi aplaudido calorosamente pelo público quando disse que "ia colocar na lata do lixo" os projetos de privatização em curso, referindo-se à venda da Corsan (água) e ao Banrisul (banco público).

Militantes do Diálogo e Ação Petista da capital e interior marcaram presença com pirulitos defendendo a Constituinte com Lula, a revogação da reforma trabalhista e da previdência e o cumprimento da lei do piso da enfermagem, confiscada pelo STE.

Na dispersão, as pessoas cantavam palavras de ordem espontaneamente, como há muito tempo não se via e, nos ônibus de volta, os militantes se mostravam decididos a meter o pé na rua para fazer campanha.







De cima para baixo: Florianópolis-SC, Curitiba-PR e Porto Alegre-RS

A campanha nas ruas e locais de trabalho

Em feiras, fábricas, pelas ruas de bairros populares, em banquinhas e comitês nos locais de movimentação de diferentes cidades. A campanha dos candidatos do PT se espraia, e vai além dos comícios.

O Trabalho conversou com companheiros que estão em campanhas de candidatos a deputados em quatro estados, para saber como está o sentimento do eleitor, e de quem pede o voto, a duas semanas da eleição.

Na Bahia, Davi Romão coordena a campanha de Marize Carvalho, candidata a deputada federal, e diz que a experiência tem animado o pessoal. "A receptividade tem sido muito positiva, inclusive pela esperança de mudar as coisas a partir dessas eleições. Nossa campanha cresceu em alguns setores populares, temos feito reuniões nas casas das pessoas que nos encontram pelo caminho."

Ele explica que, no estado, a receptividade a Lula e ao PT é muito alta, tanto na capital quanto no interior. "Nós estamos com comitê num lugar central e popular, com materiais e

músicas com Lula, as pessoas entram, acenam, então há um movimento positivo."

Em Minas Gerais, Glaucio de Almeida, o Mestre Cuité, está fazendo campanha para o candidato a deputado estadual Betão e vê um cenário um pouco diferente. Ele tem panfletado em portas de fábricas, e também fica em banquinhas de distribuição de material, e vê muita gente esperançosa, mas também muita gente apática. "Está tudo meio morno, ainda que Lula paire acima disso, e há manifestações das pessoas quando vêem a imagem dele." Quanto ao Betão, Glaucio diz que tem sido um prazer ver como ele é respeitado pelas pessoas.

O apelo de Lula pode trazer manifestações de apoio de onde menos se espera. Alexandre Linares, que está na campanha de Lili a deputada federal e Bebel a estadual em São Paulo, conta que estava panfletando na feira no último domingo (18), quando um grupo de panfleteiros contratados por candidatos a deputados do partido do

Bolsonaro pediram material do PT. Uma moça explicou: "estou aqui trabalhando pra comer. Mas meu voto é 13, não para esses safados".

Trabalho e renda, comida e moradia

Os anseios do povo são os mesmos em várias partes do Brasil. "No geral, os trabalhadores estão descontentes com a situação do país, e querem mudança

Nas reuniões, eles colocam reivindicações básicas e práticas, como a necessidade de moradia, emprego, comida e segurança", conta Jaqueline Albuquerque, coordenadora da campanha a deputada estadual de Erika Suruagy, em Pernambuco.

Na Bahia, a principal questão é o desemprego e a fome, tanto entre os jovens quanto entre as mulheres. Em Minas também. "O que eu sinto hoje é uma angústia muito grande com o futuro, aquele receio de 'daqui a pouco vai chegar até a mim o desemprego', 'daqui a pouco não vou conseguir vender o meu produto'. Isso é o mote principal", explica Glaucio.

Dificuldades e obstáculos

O baiano Davi explica que não tiveram, até o momento, nenhum caso de reação violenta à campanha. Mas vê um receio das pessoas de se deslocarem com material do PT. Em outros locais, há relatos de dificuldade de adesivar carros de apoiadores que temem reações violentas ou depredações de bolsonaristas.

O principal obstáculo tem sido, no entanto, a falta de orientação partidária, a partir da coordenação nacional da campanha de Lula, para colocar a militância em marcha.

Em Minas, a reclamação pela falta de adesivos e panfletos de Lula é generalizada. "Algumas pessoas que vêm pedir material falam do orgulho que têm de já ter feito militância pelo partido, espontânea, de pegar material para levar para seu bairro e seu lugar de trabalho. Mas essas pessoas esperavam mais motivação e movimento por parte do partido para seguirem fazendo isso. A campanha ficou despolitizada", avalia o mineiro Glaucio.

Priscilla Chandretti

Esperança na vitória de Lula

Para derrotar a política de Bolsonaro e abrir caminho ao direitos do povo

Pesquisas são um retrato, às vezes distorcido, mas não a realidade. As últimas pesquisas eleitorais deixam aberto o resultado do 1º turno, o que anima a militância a se engajar pela vitória, que Lula acredita ser possível já no 1º turno.

Os festejos do 7 de setembro foram apropriados por Bolsonaro, o qual patrocinou a fusão de setores militares com a sua turba nos desfiles de Brasília e do Rio - tratores com tanques, barcos com navios da Esquadra, homeschooling com infantaria etc. Fato inédito, constitui crime eleitoral, mas não houve nem tentativa de cassar o registro eleitoral de Bolsonaro.

No Rio, o Choque perseguiu jovens que vaiaram a sua motociata. Em Fortaleza, o deputado estadual Delegado Cavalcante discursou que vão "ganhar na urna ou na bala", e à noite, em Confresa (MT), um bolsonarista assassinou um petista a golpe de machado. O dia 7 foi, inegavelmente, um degrau na escalada bonapartista (autoritária), os bolsonaristas saíram fortalecidos.

Na semana seguinte, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) legitimou o acordo de fiscalização pelos generais de uma "amostra" da apuração das eleições. O que é o mais novo passo da tutela militar, pois os militares nunca fizeram isso.

Assim, ganhando ou perdendo as eleições, tanto Bolsonaro vai querer manter a "fusão" civil-militar que criou, como os generais vão querer

continuar a tutela aumentada. Esse é um dado novo no cenário.

Ele se reflete na pesquisa do Datafolha que aponta 68% das pessoas com medo de agressão política, a ponto de 10% dos eleitores de Lula entrevistados "considerar não ir à seção eleitoral", aumentando a abstenção em seu prejuízo!

Há de fato um clima de intimidação contra Lula e o PT expresso numa série de pequenos incidentes, como o abalroamento de veículos adesivados e a pouca propaganda nos muros e janelas.

A isso se somam as ameaças públicas de empresários: uma fazendeira na Bahia diz que vai "demitir sem dó", e um empresário mineiro fala, ao lado do candidato a vice, general Braga Netto, em "tirar os funcionários de esquerda"! Bolsonaro ainda questiona as urnas e ameaça enquadrar todo mundo nas "quatro linhas da Constituição" que lhe permite fazer o que quer.

Como se chegou a este ponto?

A resposta aponta diretamente para a responsabilidade das instituições que são cúmplices da carreira política de Bolsonaro. Em 30 anos, não puniram Bolsonaro e a extrema-direita vinda dos porões. Assim como nenhum outro militar foi punido desde o fim da ditadura, graças ao acordão da Constituição de 1988. Não seria agora, no governo, que

Bolsonaro e seus generais iriam ser apeados pelo impeachment, mesmo com quatro anos de barbaridades e escândalos. Nem o Congresso nem o STF fizeram nada efetivo!

Por isso, pode-se dizer que a intimidação e a onda de violência que começou, acentuam a urgência de, para um futuro de paz e de direitos para o povo, se estabelecer a democracia, e para esse fim, acabar com a tutela militar expressa no artigo 142 da Constituição.

Isso deve ser deliberado numa Constituinte Soberana, ao lado da revogação das contrarreformas trabalhista e da Previdência, das reestatizações, da reforma urbana e agrária, da mídia e do Judiciário. Pois neste Congresso nada disso passa, por mais deputados que o PT eleja (e quanto mais eleger, melhor).

A iniciativa pela Constituinte é uma tarefa central do novo governo Lula como depositário das aspirações populares. Não há outro meio de realizá-las.

Mas a Campanha Lula, sejamos realistas, por enquanto segue outro rumo. Com um discurso rebaixado e alianças sem fronteira, raramente toca na questão militar. A intimidação cresce, as pesquisas mostram, mas o assunto não apareceu nos debates e na propaganda eleitoral. Foi só no comício de Curitiba, no último dia 17, que Lula finalmente questionou a tutela militar e a fiscalização das urnas.

Para vencer no 1º ou no 2º turno com força para fazer reformas estruturais, é mais que hora de fazer um apelo à militância com base numa pauta popular de direitos concretos – como as 13 medidas de emergência do DAP (v. pág. 5) que incluem o fim da tutela militar – para mobilizar para valer, derrotar a intimidação e expulsar do poder Bolsonaro com seus generais.

Reta Final

Para o povo oprimido, o voto em Lula é recurso prático disponível para se livrar de Bolsonaro e de sua política. Para nós do DAP, a conclusão prática é fazer uma campanha eleitoral com foco e plataforma.

É na reta final dos próximos 15 dias que tudo se concentra.

Em primeiro lugar, não se deixar intimidar, não recuar do terreno democrático conquistado, fazer as bancas e panfletagens de nossos candidatos, sempre coletivas e com o cuidado de autoproteção.

Em segundo lugar, dialogar com os setores populares em vista dos votos, mas também do agrupamento e das relações para o período seguinte, como na mobilização da enfermagem. Ainda é tempo de realizar reuniões para potencializar os últimos dias da campanha nas empresas, nos bairros e nos terminais.

Markus Sokol







Campanha em bairros, locais de trabalho e feiras na Bahia, Minas, Pernambuco e São Paulo

Metroviários seguem em luta

Em nova assembleia geral no dia 13 de setembro, os metroviários da CBTU (Cia. Brasileira de Trens Urbanos) em Belo Horizonte, decidiram manter a greve até a publicação do edital do leilão de privatização. Até lá o metrô terá um funcionamento de 60% do sistema operacional, cumprindo a exigência do TRT (Tribunal Regional do Trabalho).

A greve teve início no dia 25 de agosto, um dia depois que o Tribunal de Contas da União (TCU) autorizou a privatização do metrô, a partir de um projeto com irregularidades, conforme denúncias do sindicato da categoria.

O problema é que a categoria segue isolada, ainda que não faltem motivos para ações de solidariedade aos trabalhadores, que demonstram enorme disposição para combater a privatização e a destruição de seus direitos, enquanto uma luta similar está sendo preparada em Pernambuco.

Em Recife, estado de greve

A unidade de Recife da CBTU sofre o mesmo processo de sucateamento pelo qual tem passado a empresa em Belo Horizonte. Cerca de 220 mil passageiros da capital pernambucana sofrem todos os dias

com quebras de trens, provocando intervalos que podem chegar em 30 minutos ou mais, deixando os usuários do sistema metroviário bastante descontentes.

O Sindmetro-PE denunciou que o metrô do Recife já estava operando com aproximadamente 50% do orçamento mínimo que precisava e, este ano, o governo Bolsonaro reduziu para apenas 30% da quantia necessária apenas para custeio da operação.

Em assembleia no dia 5 de setembro, os metroviários decidiram decretar "estado de greve" como um alerta ao processo de sucateamento do metrô

Em declaração à imprensa, Luiz Soares, presidente do Sindmetro-PE, explicou que "a estratégia do governo federal é deixar o sistema se acabar para forçar a privatização. Como o governo do Estado, atendendo ao nosso pedido, suspendeu os estudos que estavam sendo feitos nesse sentido, a União está apostando no sucateamento total".

Nada diferente do que acontece em Belo Horizonte, com a única diferença de que o governo do estado de Minas Gerais, Romeu Zema, aceitou que o metrô passe imediatamente à iniciativa privada.

Sumara Ribeiro

EBC: resistência contra ameaça de demissão

Cerca de 230 trabalhadores da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) realizaram uma mobilização relâmpago na sexta-feira, 9 de setembro, às 13h, nas portas das três praças da empresa (DF, RJ e SP), em protesto contra a ameaça de demissão de Kariane Costa, representante dos trabalhadores no Conselho de Administração da empresa.

E mais um ataque da cúpula bolsonarista da EBC contra os direitos dos radialistas e jornalistas e contra o caráter público da emissora. Os sindicatos das três praças e a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) posicionaram-se imediatamente em repúdio ao ataque e ajudaram na organização das manifestações, juntamente com a Comissão de Funcionários.

O móvel do ataque foram as denúncias de assédio contra integrantes da cúpula da EBC. Como representante dos funcionários, Kariane recebeu as denúncias e encaminhou-as pelos canais internos da empresa, como é sua obrigação,



cobrando apuração e punição dos responsáveis. Isso foi ainda em 2021. Em vez de apuração, o que se viu foi uma farsa! Das 38 testemunhas indicadas por Kariane, apenas uma foi ouvida. Ela mesma depôs duas vezes. Há dois meses, porém, foi "avisada" de que tinha virado ré, sob acusação de calúnia feita pelos chefes alvos das acusações de assédio.

Em 8 de setembro, tornou-se

público que a comissão feita para investigar as denúncias de assédio decidiu recomendar a demissão por justa-causa de Kariane Costa. A reação das entidades e dos trabalhadores em defesa de sua representante foi imediata. No dia seguinte, as manifestações tornaram claro o descontentamento em massa dos funcionários, que decidiram entrar em "estado de greve", exigindo o fim da

ameaça ou a empresa pode parar.

Os trabalhadores da EBC estão também em alerta em defesa de seu Acordo Coletivo, que não foi renovado pelo governo Bolsonaro a partir de 2020, e está em dissídio no TST. O julgamento marcado para 12 de setembro acabou adiado, e prossegue a luta por todos os direitos conquistados.

Desde Temer, há uma ofensiva brutal para anular o caráter público da EBC, transformando-a em mero puxadinho do Planalto. Para um futuro governo Lula, coloca-se a reivindicação de retomada dos mecanismos de autonomia da empresa (Conselho Curador, mandato do presidente, e outras medidas), bem como a sua ampliação para todos os Estados brasileiros. Afinal, o acesso a informação correta e de utilidade pública e a bons programas educativos é um direito e um interesse de todos os brasileiros, em todos os pontos do país.

Paulo Zocchi

Professores cruzam os braços em Juiz de Fora

No dia 15 de setembro os professores da rede privada de ensino em Juiz de Fora, Minas Gerais, cruzaram os braços, em meio a uma longa campanha salarial que começou em dezembro passado.

O dia de paralisação foi construído depois que as negociações com os patrões chegaram a um prolongado impasse.

Os professores, representados pelo Sinpro JF reivindicam a correção salarial de acordo com a inflação (10,6% INPC) com a devida retroatividade desde a data-base (fevereiro) O Sinepe, sindicato dos estabelecimentos de ensino (patronal), negava e mantinha uma proposta de 8%,

sem retroativo.

Diante disso, em assembleia do dia 28 de agosto a categoria decidiu parar as atividades no dia 15 e construiu uma paralisação com mobilização, visita às escolas, carros de som, panfletagens e propaganda para toda a comunidade denunciando a intransigência patronal.

No meio do caminho, irritados com o sucesso da preparação da paralisação, os patrões endureceram as negociações, o que levou o sindicato a propor uma audiência de conciliação mediada pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT).

Na audiência, o desembargador sugeriu um índice abaixo da inflação,

de 9,3%, com pagamento de 50% do retroativo. Reforçado pela paralisação que preparava, o sindicato condicionou debater a proposta à garantia do INPC no ano que vem e à renovação da convenção coletiva, prevista também para 2023, com validade de 2 anos, o que acabou aceito pelo TRT, com o compromisso de que tanto o sindicato de professores, quanto o sindicato patronal discutissem a proposta em suas assembleias.

No dia 15, com as maiores escolas particulares da cidade 100% paralisadas, os professores puderam debater a proposta mediada pelo TRT numa assembleia lotada, decidindo pela aceitação da proposta.

Apesar da sensação da categoria de não estar ganhando o mínimo, de ver seu salário corroído pela inflação galopante do governo Bolsonaro, conseguir manter a Convenção Coletiva atual para os anos de 2023-24 foi considerada uma vitória importante, sobretudo num cenário em que vários sindicatos de professores país afora perderam a convenção coletiva com o fim da ultratividade.

Resta saber se os patrões aceitarão a proposta. Caso recusem, a categoria já autorizou a direção do sindicato a convocar nova assembleia com paralisação no dia 4 de outubro.

Fernanda Barcellos

Ameaça de demissões na Mercedes "É preciso fazer algo"

fábrica de caminhões e chassis 🗖 da Mercedes-Benz de São Bernardo do Campo anunciou a intenção de demitir 3600 funcionários. Em assembleia dia 8 de setembro, com o pátio lotado, os trabalhadores votaram unânimes por paralisação até dia 12 com instalação de negociação. Chamou a atenção na fala do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Moisés Selerges, uma posição recuada antes mesmo de começar o processo: "Pelo fato de ele ser novo [presidente da fábrica], precisamos ensinar algumas coisas [...] mostrar que negociação se faz em torno de uma mesa. Muitas vezes não vai prevalecer tudo que o sindicato quer, mas também não tudo o que a empresa quer". Até o fechamento dessa edição não havia notícias sobre a negociação.

Veículo elétrico e reestruturação

Está em curso no mundo a reestruturação das montadoras para fabricar veículos elétricos, que utilizam 40% menos peças e necessitam 25% menos horas de trabalho na produção. Milhares de demissões já estão ocorrendo. No Brasil, recentemente, já houve fechamento de fábricas e/ou demissões na Ford, Mercedes automóveis, Toyota e Caoa Cherry.



No pacote vem o discurso da ecologia. Mas o carro elétrico não tem nada de ecológico: a sua industrialização consome de 3 a 4 vezes mais energia do que a do carro convencional, e a extração de metais pesados para as baterias deve explodir em pouco tempo. Além disso, é uma ameaça à soberania de várias nações: reservas de cobalto no Congo e de lítio na Argentina, Bolívia e Chile, por exemplo, já assanham os exploradores imperialistas.

É o engodo da dita "transição energética", para preservar os lucros dos grandes capitalistas, à custa do desemprego. Mas para ser posta em prática, é preciso vincular as direções da classe trabalhadora - entre elas as sindicais - em torno de uma pretensa responsabilidade climática de todos. O problema aparece no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

Em visita de Lula à Volks em 16 de agosto, o dirigente sindical Wellington Damasceno disse: "[defendemos produzir aqui carro híbrido e elétrico, mas não vemos do governo nenhuma sinalização." E na assembleia da Mercedes o também dirigente Aroaldo da Silva declarou: "A direção apresenta um cenário em que a empresa não tem dado o lucro esperado [...] a cada momento

negociamos o futuro dessa fábrica. É um desafio [...] como o governo querer importar 3.500 ônibus elétricos e não termos regra para o regime automotivo". Ao contrário de uma linha firme em defesa dos empregos, prevalece a política de negociar com os patrões a partir das exigências deles: o problema não é ser contra ou a favor do carro elétrico, mas negociar demissão em nome desse.

"Nenhum governo faz nada"

"É preciso fazer algo" disse um trabalhador durante uma panfletagem com material de campanha de Lili a deputada federal na Mercedes dia 16 de setembro. "Eles vão terceirizando, pra dividir os trabalhadores, mas nós seguimos lutando com o sindicato, o que é fundamental pra mobilizar agora. Mas tem que ter ajuda de cima... nenhum governo faz nada! Eu vou votar no Lula, a maioria aqui vai. Tem que ter um jeito de impedir isso". Ele tem razão: é necessário que o sindicato mobilize de imediato para impedir as demissões e que, com Lula eleito, haja uma política de recuperação e proteção do parque industrial e uma medida de emergência que proteja os empregos em seu governo.

Tiago Maciel

Enfermeiros prometem resistir

Cedendo ao terrorismo dos patrões, STF suspende piso

Trabalhadores da saúde assisti-**▲** ram perplexos o Supremo Tribunal Federal definir, por 7 votos a 4, manter a suspensão da Lei do Piso da Enfermagem, aprovada pelo Congresso, que prevê R\$ 4750,00 para enfermeiros, R\$ 3325,00 para técnicos e R\$ 2375,00 para auxiliares. A suspensão vale por pelo menos 60 dias, prazo do STF para que entidades, Congresso e Entes da Federação se pronunciem sobre o custeio. Diversas manifestações exigindo o cumprimento do piso aconteceram no setor privado e público entre os dias 6 e 16 em vários estados, liderados pela Federação Nacional dos Enfermeiros.

Fontes de financiamento

O setor patronal estima - ou ameaça - milhares de demissões e fechamento de leitos: 83 mil empregos e 20 mil leitos. Guedes e a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) se uniram ao coro terrorista. De acordo com um "estudo" divulgado dia 12 pela CNM, haveria necessidade de desligamento de 32,5 mil profissionais, quase um quarto dos 143,3 mil profissionais públicos

municipais de enfermagem. E eles já sabem de onde tirar. Ameacam deixar 35 milhões de brasileiros sem atendimento, reduzindo 11.849 equipes do PSF, que oferta atenção primária, representando 23% do total dessas equipes (e hoje cobrem apenas 60% das famílias brasileiras).

Entre as sugestões que passaram a circular pelo Congresso sobre de onde tirar a verba, estão a atualização da tabela do Sistema Único de Saúde (SUS), com proposta de aumento dos valores dos procedimentos feitos pelo setor privado, a isenção da folha de pagamento para os empregadores e a compensação de dívidas dos estados com a União.

Além de aumentar os lucros do setor privado - já recordes na pandemia - não há, por parte dessa gente, nem menção sobre o Teto dos Gastos (EC 95), que é a razão do estrangulamento dos gastos nas políticas públicas, incluído a saúde.

Segundo o relatório de impacto da lei apresentado pelo deputado Alexandre Padilha (PT-SP) em março desse ano, o valor orçamentário total da implementação da medida seria de R\$ 16,3 bilhões. R\$ 5,8 bilhões



para o setor público e cerca de R\$ 10,4 bilhões para o privado. No setor público, haveria um acréscimo de 2,02% na folha de pagamento. No privado o investimento na criação do piso significaria cerca de apenas 4,8% do faturamento dos planos e seguros de saúde (comparado com valores de 2020).

Paralisação dia 21

Enquanto STF, Executivo, Legislativo e patrões permanecem ameaçando demissões e fechamento de leitos e serviços, os enfermeiros, técnicos e auxiliares pedem uma previsão para terem um piso salarial. Nada garante que, passados os 60 dias, o STF vai voltar atrás da suspensão. Só resta um caminho: todos à paralisação da categoria dia 21!

A decisão foi aprovada em 12 de setembro, na reunião do Fórum Nacional da Enfermagem. As entidades que compõem o Fórum, entre elas a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS/CUT), definiram que nesta data haverá uma paralisação nacional por 24 horas.

Juliana Salles

Morte de Gorbachev: ópera de louvor... do "ocidente"

Areação da grande mídia e dos chefes de Estado frente à morte de Michail Gorbachev traz a imagem de um grande democrata, ganhador inclusive do Prêmio Nobel da Paz.

A realidade é muito diferente disso. Gorbachev fez toda a sua carreira no aparato do PC da União Soviética (PCUS), sendo por décadas de seu comitê central e depois do birô político. Foi lá protegido por um de seus membros, o poderoso chefe da KGB na época, Yuri Andropov (que sucedera Brejnev na chefia do PCUS).

Alega-se que Gorbachev, ao tornar-se o secretário-geral do PCUS, intencionava tornar a URSS democrática. Nada mais longe da verdade. Ele sempre procurou preservar uma URSS sob a mão de ferro do Kremlin – e falhou.

A política da burocracia stalinista, da qual ele era parte integrante, levou à desintegração do país. Sob tal burocracia, a economia soviética foi levada à estagnação: queda na produção agrícola, grande desequilíbrio na produção industrial. A isso se somava a corrida armamentista, imposta pelo imperialismo dos EUA. O orçamento militar representava 20% do PIB em 1985 (contra 8% nos EUA). Ambos os fatores resultaram no colapso do país.

Perestroika visava abrir a URSS ao capitalismo

Gorbachev lançara dois slogans:

glasnost (transparência) e perestroika (reconstrução). O primeiro daria alguma liberdade a autores e publicações. Com a perestroika, ele tentou infundir na economia soviética mecanismos de mercado capitalistas. O que só agravou a escassez de bens de consumo e fez explodir as desigualdades sociais, causando crescente descontentamento na população.

Para implementar o "livre mercado", em 1990, o primeiro-ministro Ryzhkov anunciava que "o preço médio dos alimentos precisa dobrar". O quilo da carne passaria de 1,81 rublos para 5,50 rublos; tecidos e roupas aumentariam em 30% a 50% e calçados em 35%". Mais de 43 milhões de soviéticos viviam com menos de 75 rublos por mês – o que levou a uma onda de fome.

Em 11 de julho de 1990, três milhões de mineiros entraram em greve em Donbass e Kouzbass. Gorbachev acusou os grevistas de quererem "desestabilizar a situação". A essas mobilizações operárias somaram-se o surgimento de questões nacionais nas repúblicas oprimidas pelo grande nacionalismo russo da burocracia stalinista.

Ao mesmo tempo, Gorbachev negociava com o presidente Reagan (EUA) uma distensão nuclear. Em 1989, ele aceitou a reunificação na Alemanha em troca de uma promessa de Reagan da não expansão



da Otan ao Leste Europeu. Após uma ridícula tentativa de golpe, Gorbachev se vê expulso: os presidentes da Rússia, Yeltsin, da Bielorrússia e da Ucrânia assinaram um acordo para desmembrar a URSS. Dentro de semanas, todas as demais repúblicas proclamaram independência.

Partidários juramentados do "socialismo real" até a véspera, os membros do birô político se refugiaram cada um em sua república de origem, transmutando-se em ultra-nacionalistas, Aliev, por exemplo, tornou-se presidente do Azerbaijão, sendo sucedido após sua morte por seu filho, que até hoje governa o país. É também o caso de Shevardnadze,

ministro das Relações Exteriores de Gorbachev que, em nome da URSS, aprovou a guerra (capitaneada pelo imperialismo norte-americano) contra o povo iraquiano em 1991. Tornou-se Presidente da Geórgia.

Todas as cúpulas do aparato do PCUS começaram a vender e saquear essas repúblicas em nome do capital internacional e por conta própria, roubando e se apropriando das riquezas nacionais. É essa burocracia decadente e corrupta que desenvolveu a máfia oligárquica em enormes proporções.

L.G publicado em "Informações Operárias" n. 722 da França

Reino "Unido" em torno do novo rei?

morte de Elizabeth tem sido uti-🔼 lizada para forçar uma falsa unidade nacionalista no Reino Unido. Protestos contra a monarquia, que se espalharam pelo país na ocasião do coroamento do rei Charles III, têm sido brutalmente reprimidos, com inúmeras prisões. O ex-líder do partido trabalhista, Jeremy Corbyn, acusou as prisões de manifestantes pró-república como sendo "anti-democráticas, um abuso da lei". Mas a atual direção de seu partido (que o destituiu há dois anos) foi rápida em publicar em todas suas mídias: "Deus salve o Rei Charles III".

O movimento sindical, cuja direção majoritária é ligada à cúpula do Labour, também tem sido coagido a suspender as lutas dos trabalhadores. "As greves ferroviárias de 15 e 17 de setembro foram suspensas em observância ao falecimento da rainha" diz um comunicado do Sindicato dos Trabalhadores Ferroviários e

Marítimos (RMT). A central sindical, TUC, anunciou o adiamento de seu congresso anual.

Enquanto isso, Liz Tuss, a recém empossada primeira-ministra conservadora, implementa um pacote de emergência à crise energética que ataca os trabalhadores. E em meio à onda de greves, ela conclama: "Na difícil situação em que o país se encontra, devemos todos nos unir em torno de nosso novo rei".

Longe de ser um mero símbolo turístico ou cultural, a monarquia britânica tem um papel fundamental na manutenção da ordem capitalista e imperialista do país. Há séculos ela divide tarefas com o parlamento e com a burguesia inglesa. Seus interesses estão intimamente interligados: multinacionais, proprietários de terras, bolsa de valores, bancos, paraísos fiscais, títulos e rendas nobiliárquicos que os acompanham. Sem esquecer o papel da Igreja Anglicana,

religião monárquica-estatal e uma das principais proprietárias de terras do reino.

Embora hoje mais decadente, o império britânico, foi a principal potência imperialista do mundo, oprimindo e explorando um quarto do planeta até o século XX. A rainha Elizabeth I inaugurou o comércio de navios negreiros, tornando o país o maior incentivador da escravidão nos séculos XVI e XVII. Tais negócios lucrativos, além do permanente saque e da brutal exploração colonial, permitiram financiar e alavancar a Revolução Industrial britânica (naquilo que Marx chamava de acumulação primitiva).

Atingindo um fluxo de 50 mil libras por semana, o ouro extraído das Minas Gerais brasileiras foi também todo carreado à Inglaterra. Esta, ao subordinar Portugal ao tratado de Methuen, levou-o ao permanente déficit comercial. Impôs assim não apenas a transferência das riquezas do Brasil, como a desindustrialização portuguesa e brasileira. Refinarias de açúcar em Pernambuco e região foram fechadas, teares e fiadores brasileiros foram queimados. Tudo para eliminar potenciais concorrências à indústria britânica, que se tornaria, portanto, a grande potência mundial.

Aliás, a coroa que acabou de mudar de cabeça contém o maior diamante lapidado do mundo: veio das minas da colônia da África do Sul; outra coroa, foi "tomada" durante a guerra na Índia. O novo monarca herdará mais de £450 milhões (R\$3 bi), isentas de impostos. Os gastos anuais da família real ultrapassam os £100 milhões, tudo às custas dos contribuintes britânicos, que são forçados a aceitar mais e mais cortes em programas sociais e em direitos trabalhistas.

Alberto Handfas

Venezuela: volta à cena a luta dos trabalhadores

Nas últimas semanas irromperam protestos por salários e direitos

Há várias semanas ocorrem protestos em todo o território venezuelano, principalmente em Caracas. Eles são encabeçados por trabalhadores públicos e seus sindicatos com reivindicações trabalhistas, por pagamentos incompletos de bônus, prêmios e outras remunerações. No mês de agosto se registraram 43 protestos de caráter laboral em todo o país, que se somam aos 3.892 realizados durante o primeiro semestre do ano, tendo como eixo central a luta por salários.

No setor público há um grande rechaço ao instrutivo da Onapre (sigla do escritório nacional de orçamento) que desaplica os contratos coletivos em vigor para tentar impor uma tabela de benefícios que reduz o salário integral dos trabalhadores entre 40 e 70%, violando várias disposições constitucionais. Como produto da pressão dos protestos, o Executivo nacional decidiu o pagamento completo, e não fracionado, do bônus de férias. Mas a luta continua pela anulação do instrutivo da Onapre.

Governo é obrigado a recuar

O Tribunal Supremo de Justiça declarou como "inexistente" o chamado instrutivo Onapre, em resposta a quatro recursos impetrados por organizações sindicais, universidades e um grupo de aposentados e pensionistas do Ministério Público. Segundo o magistrado Malaquías Gil, este "instrutivo inexistente" foi utilizado para "gerar mal estar em certos setores da coletividade, criar conflito social e atentar contra valores e princípios".

A enorme pressão das bases em vários setores obrigou o governo Maduro e a cúpula da Central Bolivariana Socialista de Trabalhadores (CSBT) a deixar de fugir do problema e moverse em direção a ações atenuantes, tratando de repre-

sar o caudal de descontentamento que aumenta. Desde o Ministério do Trabalho se pretende enquadrar os conflitos laborais com a instalação de mesas de diálogo e o governo trata de impedir que os protestos de educadores conectem-se com outros setores afetados pela política de contenção dos salários implementada desde 2018.

A recente retomada da mobilização dos trabalhadores venezuelanos



se dá em meio às terríveis privações econômicas, a emigração de milhões de trabalhadores, o crescimento da informalidade, a criminalização dos protestos e os efeitos das sanções econômicas impostas pelos EUA e da pandemia sobre a economia. Ela expressa, com peculiaridades nacionais, a crise capitalista, a qual, na Venezuela, foi jogada nos ombros dos trabalhadores e administrada em favor do capital.

Mas, pela primeira vez, a onda de protestos demonstrou que o descontentamento é capaz de unir setores de origens sindicais e políticas diversas, ao mesmo tempo em que se vê o surgimento de um movimento sindical por fora do controle do governo. Assim, a irrupção do movimento reivindicativo dos trabalhadores na Venezuela está tencionando a relação do PSUV e sua direção com a ampla base social histórica do chavismo. A questão salarial é a mais sensível de todas, mas é apenas um aspecto de um quadro complexo nos planos econômico e social e de como se manifesta atual-

mente a luta de classes.

É nessa situação que a Coordenação Autônoma e Independente de Trabalhadores (CAIT), na qual militam em pé de igualdade com outros setores os militantes da 4ª Internacional na Venezuela, prepara a sua conferência nacional para o mês de outubro, na perspectiva da construção de uma expressão política própria dos trabalhadores.

Alberto Salcedo

Na Ucrânia, uma guerra globalizada



A entrega de armas para a Ucrânia está aumentando, enquanto as tropas de Putin continuam a bombardear, o que as tropas ucranianas também estão fazendo. Esta guerra está agora globalizada. O imperialismo americano e os países da Otan são co-beligerantes, com suas entregas de armas e seus instrutores militares. Biden acaba de anunciar em 4 de setembro uma nova ajuda à Ucrânia de 11 bilhões de euros distribuídos por três anos, indicando que ele acredita que a guerra durará anos. Ao contrário

do que explicam os governos ocidentais, não é a guerra que causa a inflação, que já vinha de antes. A guerra é apenas uma expressão da crise do sistema capitalista mundial.

E é isso que eles querem esconder procurando motivos externos da mesma forma que fizeram colocando a crise na conta da pandemia em 2019. As declarações de Macron, "estamos em guerra", fazem sentido.

A economia de guerra é um meio de impor a inflação às massas. E a inflação é uma necessidade do capital para baixar o custo do trabalho para aumentar os lucros, numa situação de crise generalizada do sistema.

Nesta situação, o imperialismo dos EUA procura realinhar todas as relações globais e enfraquecer e isolar a Rússia, mas visa especialmente a China e seu lugar na economia global. Putin, Jinping e Biden procuram defender seus interesses, mas no âmbito do mercado capitalista mundial do qual todos dependem e que

nenhum deles quer questionar.

Pelo povo ucraniano bombardeado, pelo povo russo sancionado e por todos os povos do planeta, devemos pôr fim a esta guerra que ameaça toda a humanidade.

Nem Putin nem Otan! Nenhuma união nacional! Levantamento dos estados de emergência, fim da repressão! Parem as reformas do Código do Trabalho!

Lucien Gauthier

LUTA DE CLASSES NA RÚSSIA E NA UCRÂNIA

Na cidade de Togliatti, na Rússia, equipes de soldadores da fábrica TSK paralisaram as atividades, no sábado, 3 de setembro, exigindo indexação dos salários aos preços.

Já a repressão de Putin a qualquer crítica tem levado dezenas de milhares deixaram o país. Duzentas mil pessoas estão presas em campos de detenção, aguardando julgamento. A mídia independente foi banida e dissolvida.

Enquanto isso na Ucrânia Zelensky implementa uma reforma trabalhista que arrasa com direitos dos trabalhadores ucranianos. Apresentada como medida de exceção devido à guerra, a reforma, por exemplo, permite aos patrões "suspender o contrato de trabalho", suspender o pagamento de salário mantendo o trabalho, suspender acordos coletivos. Proíbe, também, os protestos de rua dos sindicatos. Os próprios autores da Lei explicam que a meta é eliminar as conquistas sociais obtidas no âmbito da ex-URSS.

Referendo no Chile

Que lições tirar do resultado de 4 de setembro?

No último 4 de setembro o povo estava chamado a votar Sim (Apuebro) ou Não (Rechazo) à nova Constituição elaborada pela Convenção Constitucional, instalada em julho de 2021. Agora com voto obrigatório, a participação superou a de eleições anteriores. Dos mais de 13 milhões que foram às urnas, 62% votaram pelo Rechazo e 38% pelo Apuebro.

Para um balanço deste resultado é preciso partir de onde tudo começou.

"Não é por 30 pesos, é por 30 anos"

A instalação da Convenção Constitucional tem sua origem na vigorosa mobilização que tomou conta do país em outubro de 2019.

O "estallido" de 18 de outubro, iniciado com protestos de jovens contra o aumento de 30 pesos na passagem de metrô, ampliou-se com as demandas reprimidas desde o fim da ditadura, o que foi sintetizado na palavra de ordem "não é por 30 pesos, é por 30 anos". "Por 30 anos" significava o rechaço do povo chileno aos governos que, após a queda da ditadura, coabitaram com a Constituição herdada de Pinochet, o arcabouco constitucional que preservava o ataque aos direitos mais elementares do povo, como saúde e educação públicas e direito a uma aposentadoria digna.

É daí que surge nas ruas do Chile a exigência de uma Assembleia Constituinte Soberana que enterrasse a Constituição pinochetista, retomasse direitos atacados durante a ditadura e conquistasse novos.

Em 12 de novembro de 2019 uma greve geral parou o país de norte a sul. Três dias depois, na calada da noite, o governo Piñera apresenta um Acordo de Paz com a proposta de uma Convenção Constitucional para elaborar uma nova Constituição. Foi uma manobra na tentativa de contenção da mobilização que colocava o governo em xeque. Acordo que contou com o apoio da maioria da oposição.

Uma manobra, pois não se tratava de uma Assembleia Constituinte Soberana para que o povo pudesse definir os destinos da nação, mas que abria uma brecha, imposta pela mobilização popular, para avançar a luta. O Acordo previa um plebiscito onde o povo foi chamado a dizer sim ou não à necessidade de uma nova Constituição. Neste plebiscito, realizado em 25 de outubro de 2020, cerca de seis milhões de chilenos, 80% dos que votaram (o voto não era obrigatório), disseram sim, queremos uma nova Constituição! A grande maioria votou também para que a Convenção Constitucional fosse 100% composta por deputados eleitos para este fim (e não por membros do Congresso Nacional), confirmando assim a

rejeição às instituições, que sustentaram os "30 anos".

A rejeição aos partidos tradicionais escancarada na política dos 30 anos de Concertación - expressou-se também na eleição para os deputados convencionais, em maio de 2021. A maioria dos eleitos veio das candidaturas independentes, sem vinculação partidária. Convencionais identificados com pautas identitaristas, oriundos dos chamados movimentos sociais (inclusive movimentos feministas que traduzem a questão da luta contra a opressão da mulher como uma questão de gênero e não de classe). Na Convenção Constitucional, que se instalou em julho de 2021, como disseram nossos camaradas chilenos, um componente esteve ausente: o mundo do trabalho (a classe trabalhadora).

Mais de um ano depois, com a chegada à presidência de Boric (candidato da Frente Ampla), derrotando o candidato da ultra-direita que fez campanha feroz contra o anseio por uma nova Constituição, o que se passou?

O governo Boric (hoje reprovado por 58% dos chilenos) se instala buscando a conciliação com a ex-Concertación e sem atender nenhuma das demandas concretas e urgentes levantadas em 2019. Enquanto a Convenção Constitucional estava instalada o atual Congresso Nacional (eleito também em maio de 2021, sobre a base da herança pinochetista, manteve seu poder).

A proposta de nova Constituição apresentada pela Convenção, embora trouxesse algumas conquistas, fundamentalmente não expressou a agenda levantada em 2019 e era dominada por questões identitárias, com as quais a maioria do povo trabalhador não se identifica. É nestas condições que se realiza o referendo. Nossa posição foi votar a favor, mesmo reconhecendo os limites da nova Constituição, pois seria a expressão da vontade majoritária do povo de enterrar a de Pinochet.

No referendo de 4 de setembro, com uma participação muito superior ao plebiscito de 2020 e na eleição dos deputados convencionais, o Apruebo à nova Carta teve cerca de um milhão de votos a menos que o plebiscito de 2020.

Uma derrota e também um alerta

Isto significa que o povo chileno votou por manter a Constituição pinochetista? Não! Significa que na nova Constituição apresentada ele não se sentiu representado! É certo que houve uma ofensiva da direita, com apoio da mídia contra a nova Carta. Mas o que ressalta o resultado é que as demandas populares que convulsionaram o país em 2019 não estavam ali inscritas. O maior índice



de participação e de voto ao Rechazo veio das camadas de mais baixa renda, ou seja da maioria oprimida.

A Convenção Constitucional não era uma Constituinte Soberana. Fazia seus trabalhos enquanto, primeiro Piñera e depois Boric, assim como o Congresso, mantinham seus poderes, alheios às demandas levantadas em 2019.

É uma derrota, mas também um alerta. Os partidos tradicionais e a política identitária ouviram um sonoro "vocês não nos representam". Foi isso que disse a grande maioria do povo chileno.

Uma situação que pede uma reflexão e uma discussão. O que se passou e se passa no Chile diz respeito a problemas que a classe trabalhadora expressa em sua luta, de forma particular em cada país. A rejeição a um sistema que cada vez mais a oprime, e a ausência de uma representação política que realmente fale em seu nome. Reflexão necessária, pois o impacto

dos resultados no Chile se fará sentir no nosso continente (onde a questão da Constituinte Soberana está colocada em vários países, incluindo o Brasil). Não faltarão vozes, em particular vindas dos que obstaculizam a luta independente da classe trabalhadora e das maiorias oprimidas, que buscarão traduzir o resultado do Chile na necessidade de mais conciliação, comprometendo a independência de classe. Vozes que tentarão impedir que o povo possa exercer sua soberania, pondo fim às instituições que o oprimem.

No Chile, as demandas levantadas em 2019 voltarão a eclodir, e com mais força, quanto mais a classe sentir confiança para lutar.

A discussão prossegue. Mas a lição principal do 4 de setembro chileno é que dar a palavra ao povo passa por um processo de construção política onde ele sinta-se representado. Voltaremos ao assunto na próxima edição.

Misa Boito

ASSINE O TRABALHO

44 anos a serviço dos trabalhadores

| **assinatura mensal** | R\$**10**/mês

assinatura anual R\$**120**/ano assinatura semestral R\$60/semestre

assinatura solidária
R\$150/ano



O TRABALHO☆

Receba O Trabalho em sua casa, a cada quinzena

12 edições: R\$ 60,00 • 24 edições: R\$ 120,00 • Assinatura solidária: R\$ 150,00

| A partir do nº | Nome: | |
|----------------|-------|---------|
| Endereço: | | |
| Cidade: | | Estado: |
| CEP: | | Tel.: |
| E-mail: | | |

Peça sua assinatura por e-mail ou carta

Deposite na conta Banco do Brasil - Agência: 4055-X, C/C: 8894-3 - CNPJ: 09001210/0001-79 Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 - CEP 03041-000 - São Paulo Fone: (11) 2613-2232 - e-mail: otjornal@uol.com.br